



REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

A VELHA HISTÓRIA DE DIVIDIR PARA REINAR

No passado dia 4 de abril, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS - reuniu com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF). Estiveram presentes por parte da AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, a Diretora Geral, o Subdiretor Geral da área da Gestão dos Recursos Humanos e a Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos e ainda uma representante da DGAEP.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais ficou a saber, instantes antes de ser recebida pelo SEAF, que em comunicado tornado público, o Conselho de Ministros do Governo do qual o SEAF é membro, tinha acabado de aprovar na generalidade, o decreto-lei sobre a revisão das carreiras especiais da AT - Autoridade Tributária e Aduaneira.

Estamos perante um manifesto desrespeito pelo direito à negociação colectiva, tendo em conta que se trata de uma matéria que obrigatoriamente tem de ser antecipadamente negociada com as organizações sindicais.

É uma descarada imposição de um modelo de carreiras especiais, decisão que representa uma atitude de má-fé do Governo, quando o processo de negociação ainda estava no início.

No começo da reunião foi entregue pelo SEAF a versão revista do projeto de decreto-lei relativo à revisão das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Aduaneira que o Governo tinha acabado de aprovar em reunião de Conselho de Ministros, num gesto de desfaçatez!

A Federação mostrou surpresa e indignação pela forma como o processo negocial estava a ser conduzido. Em muitos anos de negociações, em tantas mesas negociais, nunca se viu semelhante, não podendo ser considerada como séria esta postura do Governo.

O SEAF referiu-se às alterações que constam da nova versão do projeto de decreto-lei da revisão das carreiras especiais da AT, concluindo que ninguém neste processo pode ficar prejudicado.

Sobre a revisão das carreiras especiais, o Governo

empurrou a discussão para a posição política que sempre quis impor, a fusão das carreiras tributárias e aduaneiras e a consequente polivalência funcional na AT, intenção que rejeitamos desde a primeira hora e que agora se torna clara para todos os trabalhadores.

O exemplo desta realidade são os conteúdos funcionais da carreira especial de Inspeção e Auditoria Tributária e Aduaneira, que são uma mixórdia de funções todas metidas no mesmo saco.

No que respeita à nova proposta das carreiras especiais da AT apresentada pelo Governo, não altera em nada a proposta anterior relativamente às 16 carreiras inicialmente previstas para serem revistas.

A proposta do Governo ignora 6 carreiras que identifica como “subsistentes”: Técnico de Administração Tributária Adjunto, Verificador Auxiliar Aduaneiro, Secretário Aduaneiro, Investigador Tributário Economista, Investigador Tributário Jurista, e Analista Aduaneiro Auxiliar de Laboratório.

Estas carreiras representam cerca de 3.500 trabalhadores, isto é, cerca de 1/3 dos trabalhadores da AT, que desempenham funções operacionais e que vão ficar prejudicados nas suas expectativas de carreira, e com o anátema de “subsistentes”.

Afirmamos no início das negociações que neste processo nenhum trabalhador pode ficar para trás e lutaremos por isso juntamente com todos os trabalhadores, mesmo quando lhes prometem soluções mágicas, uma carreira de facilidades.

Na verdade, este projeto não defende os interesses de uma parte muito significativa dos trabalhadores, agora denominados de “subsistentes”, que se encontram sobretudo nas áreas operacionais, aniquila as suas legítimas expectativas de carreira e tolhe gravemente a sua dignidade profissional.

Como se isto já não fosse muito mau, a nova proposta do Governo não lhes reconhece o vínculo de nomeação, o que faz que, lado a lado, numa mesma equipa, passem a estar

trabalhadores com vínculos diferentes. É inconcebível semelhante situação, denota desconhecimento da realidade e falta de bom senso.

Por isso, não estamos de acordo com esta situação geradora de mal-estar entre os trabalhadores e insistimos na exigência da atribuição do Vínculo de Nomeação Definitivo para todos os trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Desde o início deste processo, dissemos estar frontalmente contra a fusão das carreiras das áreas aduaneira e tributária, bem como o desprezo com que foi tratada a área da informática, assim como a extinção do nível 2 de complexidade funcional, que arrasta muitos trabalhadores para a situação de subsistentes.

Rejeitamos a existência de carreiras “subsistentes”, porquanto entendemos que tal não faz qualquer sentido num momento em que se pretende a definição de uma estrutura de carreiras que seja um efectivo instrumento de gestão dos recursos humanos da AT, como resposta às necessidades do presente e aponte uma direção para o futuro da instituição.

Por isso defendemos as seguintes áreas de competências especializadas da AT: Administração e Inspeção Tributária, a Verificação Aduaneira e a Informática Tributária e Aduaneira e simultaneamente a existência dos níveis de complexidade funcional 3 e 2.

Continuamos a defender que a AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, detenha poderes de autoridade e seja, desse modo, um Órgão de Polícia Criminal. Só um poder político míope e

desconhecedor das funções desempenhadas nesta área pelos trabalhadores da instituição é que poderá ignorar esta realidade.

Defendemos, e o Governo fez orelhas moucas, que os suplementos devem fazer parte integrante do salário, situação que facilitaria a transição para TRU – Tabela Única Remuneratória. Como o projeto de decreto-lei ignora esta proposta, prevê-se um processo de transição complexo e por isso gerador de conflito.

Temos reservas sobre a solução adotada, sobretudo em relação aos trabalhadores aduaneiros, a quem não foi aplicado o Decreto-lei nº404-A/98 de 18 de dezembro. Entendemos que as regras de transição devem ser claras e inequívocas, de modo a não serem criadas nem perpetuadas injustiças.

Consideramos prioritária a abertura de concursos para todos os trabalhadores da AT que estejam em condições de ser promovidos, independente da categoria em que estão posicionados. Não compreendemos que os processos que se encontram encalhados no gabinete do SEAF, alguns desde janeiro, não tenham sido já publicados em Diário da República.

A Federação está na primeira linha na defesa dos trabalhadores da AT e não aceitará que o Governo esteja a protelar a abertura dos concursos por motivos que se prendam com a mera gestão política.

Não nos cansaremos de repetir perante o SEAF e a Direção da AT que seremos intransigentes na defesa dos interesses de todos os trabalhadores e que não deixaremos ninguém para trás.

1º Maio

Aveiro - 15H - Largo da Estação ao Largo do Rossio

Coimbra - 15H - Praça da República à Praça 8 de Maio

Guarda - 15H - Rotunda do Tear em Seia até à Praça da República

Leiria - 15H - Largo da República para o Largo 5 de Outubro
(saída ao encontro do Banco de Portugal)

Viseu - 15H - Do Largo de Santa Cristina para o Rossio

Lamego - 14:30H - Av. Dr. Alfredo de Sousa - concentração e intervenção sindical

Participa!

Avançar nos Direitos!

Trás um amigo também

Valorizar os Trabalhadores

STFP Centro

Prioridade à realização dos concursos para todas as carreiras.

O SEAF não pode continuar a meter na gaveta, os processos relativos à abertura dos concursos.

Nenhum trabalhador pode ficar para trás.

AGORA MAIS DO QUE NUNCA TEMOS QUE ESTAR UNIDOS NA DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS!

MANTÉM-TE INFORMADO!

SINDICALIZA-TE no STFPSCentro
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização



Coimbra, Abril de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais